



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS ECONÓMICAS
*Serviço de Estatísticas do Comércio Internacional,
Indústria e Construção*

Documento Metodológico

Operação Estatística: Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário
Current statistics on Intracomunity trade

Código: 50

Versão: 3.3

Data: novembro 2011

Índice

INTRODUÇÃO	4
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	7
1. CÓDIGO/VERSÃO/DATA	7
2. CÓDIGO SIGINE	7
3. DESIGNAÇÃO.....	7
4. ATIVIDADE ESTATÍSTICA	8
5. OBJETIVOS.....	8
6. DESCRIÇÃO.....	8
7. ENTIDADE RESPONSÁVEL	10
8. RELACIONAMENTO COM O EUROSTAT/ OUTRAS ENTIDADES.....	10
9. FINANCIAMENTO.....	10
10. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	10
11. OBRIGATORIEDADE DE RESPOSTA	12
12. TIPO DE OPERAÇÃO ESTATÍSTICA.....	12
13. TIPO DE FONTE(S) DE INFORMAÇÃO	12
14. PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	12
15. ÂMBITO GEOGRÁFICO	12
16. UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO	12
17. DATA DE INÍCIO	13
18. PRODUTOS	14
II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	14
19. POPULAÇÃO	14
20. BASE DE AMOSTRAGEM	15
21. UNIDADES AMOSTRAIS	15
22. UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	15
23. DESENHO DA AMOSTRA	15

24. DESENHO DO QUESTIONÁRIO	16
25. RECOLHA DE DADOS	17
26. TRATAMENTO DOS DADOS	19
27. TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS	20
28. ESTIMAÇÃO E OBTENÇÃO DE RESULTADOS	22
29. SÉRIES TEMPORAIS	22
30. CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS.....	24
31. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE ESTATÍSTICA	24
32. RECOMENDAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	26
III – CONCEITOS	26
IV – CLASSIFICAÇÕES	30
V – VARIÁVEIS	32
33. VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO.....	32
34. VARIÁVEIS DERIVADAS.....	32
35. INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR	34
VI – SUPORTES DE RECOLHA	37
36. QUESTIONÁRIOS	37
37. FICHEIROS	37
VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	38
VIII – BIBLIOGRAFIA	39

INTRODUÇÃO

A recolha da informação de base, necessária ao apuramento de resultados relativos às trocas internacionais de bens, foi (em termos históricos) usualmente realizada, com base no aproveitamento de um ato administrativo (os procedimentos alfandegários associados à importação e à exportação).

Em 1993, na sequência da criação do Mercado Único, com o subsequente fim destes procedimentos no que se refere às trocas de bens entre o nosso país e os restantes Estados-Membros integrantes deste espaço, foi necessário delinear e implementar um novo sistema de recolha desta informação, através de um inquérito específico: o sistema **Intrastat**. Existindo para esse efeito dois tipos de recolha: recolha detalhada (formulário N) de resposta obrigatória para todos os operadores com transações acima dos limiares de simplificação; em vigência e, a recolha simplificada (formulário S) de resposta obrigatória para todos os operadores com transações superiores ou iguais aos limiares de assimilação e que não ultrapassam os limiares de simplificação, tendo vigorado no ano de 1993 (ano de referência).

Até 2005 a informação estatística era enviada ao Eurostat sem qualquer tratamento de confidencialidade, e a nível nacional era aplicado o princípio da confidencialidade ativa. A partir de então, o INE passou a divulgar a informação segundo as regras previstas na Lei Comunitária, ou seja, passou a ser aplicado o princípio da confidencialidade passiva, quer a nível nacional, quer a nível comunitário (<http://webinq.ine.pt>).

A partir de janeiro de 2008, depois de uma avaliação das vantagens e dos inconvenientes da adoção do regime simplificado do sistema Intrastat em Portugal, bem como do seu impacto ao nível do processo de produção das estatísticas do comércio intracomunitário, concluiu-se adotar de novo a aplicação do limiar de simplificação, representando, no máximo, 6% do total das trocas comerciais. Pretende-se deste modo, contribuir para atingir a taxa de cobertura de, pelo menos, 97% do valor total das trocas entre os Estados-Membros e, simultaneamente, aliviar a carga estatística dos operadores de pequena dimensão, podendo beneficiar das seguintes simplificações:

- Dispensa de fornecer informação sobre a quantidade das mercadorias;
- Dispensa de fornecer informação sobre a natureza de transação;

- Possibilidade de reagrupar os produtos num único código da Nomenclatura Combinada (NC 99500000). No mínimo, as dez sub-posições mais utilizadas em termos de valor devem ser enviadas com o código do produto a nível detalhado (NC8).

Outra das alterações introduzida em 2008, prevista no Regº (CE) 638/2004, artº 9º, é a recolha de uma nova variável (País de Origem, na chegada). A sua inclusão permite identificar a origem dos bens, com vista a ter um conhecimento mais correto da Balança Comercial com os nossos parceiros e a minimizar o impacto das alterações legislativas que irão ocorrer em 2010, principalmente as relacionadas com a implementação do “Despacho Centralizado”, garantindo assim a comparabilidade temporal da informação estatística.

Em 2009, no âmbito da redução da carga estatística, a taxa de cobertura para as chegadas foi alterada de forma a assegurar-se pelo menos 95% do seu valor total, mantendo-se inalterado para as expedições, legislado através do Regº(CE) 222/2009.

A partir de agosto de 2009, o INE antecipou a divulgação da informação 30 dias, apresentando valores estimados globais do mês de referência (junho).

Ainda em 2009 foram ajustados os critérios de seleção da amostra, com vista à aplicação dos procedimentos definidos na regulamentação comunitária e à integração desta operação estatística no SIGINQ – Sistema Global de Gestão de Inquéritos. Procedeu-se ainda a um alargamento no âmbito das fontes consideradas úteis para o incremento da qualidade da informação, nomeadamente com a utilização da informação do IVNEI – Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego na Indústria e da IES – Informação Empresarial Simplificada.

Em junho de 2010 o INE divulgou uma nova série do Comércio Internacional (CI), para o período 1993-2009, enquadrada na mudança da base das Contas Nacionais Portuguesas para 2006, que é o resultado de novos procedimentos e melhoramentos metodológicos adotados, da integração de diferentes fontes de informação e da avaliação da qualidade das fontes existentes, com o intuito de garantir a permanente melhoria da qualidade das estatísticas do CI.

A regulamentação comunitária recomenda a utilização complementar de dados de natureza administrativa nomeadamente provenientes das declarações do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Existem vários fatores que retiram significado à comparação direta entre os resultados do Intrastat e do IVA; no entanto, sendo possível o confronto da informação

destas duas fontes com o suficiente grau de detalhe, é também possível controlar o efeito desses fatores.

Neste sentido, desde 2005 que passou a fazer-se o confronto regular entre as declarações Intrastat e os dados declarados ao IVA e a analisar assimetrias com outros países nomeadamente a Espanha, entre outros procedimentos. Passaram também a divulgar-se estimativas para o total do CI, com base em estimativas que consideram não só as empresas que se encontram abaixo do limiar de assimilação como as não respostas.

A Informação Empresarial Simplificada (IES), criada em 2007, constituiu uma nova realidade que veio facilitar e robustecer o estudo comparativo dos dados do Comércio Internacional com outras fontes, para os anos de 2006 a 2008. Tanto a IES como informação mais atual do IVA a que o INE tem acesso, constituem importantes fontes de informação que permitem aferir da qualidade das estatísticas do Comércio Internacional.

Foi este trabalho de confronto que determinou uma revisão do comércio intracomunitário que se traduziu numa reavaliação em alta quer das exportações de bens quer, em maior grau, das importações de bens. Deve referir-se que a informação da IES é de forma geral coerente com esta revisão.

A informação da nova série (1993-2008) divulgada resulta da incorporação, nos dados do CI, de todas as melhorias decorrentes da implementação dos procedimentos anteriormente referidos, incluindo nova informação declarada pelas empresas, e procura retomar a divulgação de revisões da informação anual - procedimento inerente ao processo de produção e de divulgação das estatísticas, mas que foi interrompido a partir da divulgação dos resultados referentes a 2004, em virtude do controlo de qualidade entretanto iniciado. Deste modo, pode afirmar-se que a nova série é mais robusta e os resultados mais precisos, garantindo-se a sua coerência e comparabilidade com outras fontes de informação.

Ainda em 2010, e dando cumprimento ao definido no Projeto de Regulamento da Comissão que alterou o Regulamento (CE) nº 1982/2004 da Comissão, de 18 de novembro, e que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2010, passou a ser incluída no regime simplificado do sistema Intrastat a variável “massa líquida”, relativa às quantidades dos bens transacionados.

Assim, desde janeiro de 2010 que o regime simplificado apenas permitia, em Portugal, como medidas de simplificação:

- a) Dispensa de fornecer informações sobre a natureza da transação;

- b) Possibilidade de declarar um máximo de dez sub-posições pormenorizadas da Nomenclatura Combinada mais utilizadas em termos de valor e de reagrupar os outros produtos.

A medida de reporte apenas dos dez principais produtos transacionados (e reagrupamento dos restantes, mediante regras específicas) não tem sido praticamente utilizada pelas empresas que em Portugal reportam a informação ao Intrastat, o que significa que na prática, desde janeiro de 2010, a única medida de simplificação no âmbito do regime simplificado era a dispensa de fornecimento de informação sobre a natureza da transação.

Deste modo e tendo por base as necessidades em termos de informação, optou-se, a partir de 2012, pela não adoção do limiar de simplificação. Consequentemente, todas as empresas com transações acima do limiar de assimilação anualmente definido deverão responder ao Intrastat através do formulário normal (N). Deixa assim de existir, o formulário de recolha (S). Estas são as principais alterações desta nova versão do Dmet.

A “Nomenclatura Pautal e Estatística Combinada” é alvo de atualizações e ajustamentos anuais, decorrentes fundamentalmente de alterações pontuais em alguns produtos específicos. Contudo, para 2012, assiste-se a uma atualização substancial da Nomenclatura Combinada, decorrente das alterações no Sistema Harmonizado que lhe está subjacente.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

1. Código/Versão/Data

Código: 50

Versão: 3.3

Data: novembro 2011

2. Código SIGINE

CI 0002

3. Designação

Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário (Intrastat)

4. Atividade Estatística

Área estatística: 57 – Comércio Internacional de Bens

Família estatística: 571 – Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Atividade estatística: 633 – Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário

5. Objetivos

Acompanhamento da evolução e aferição mensal das trocas comerciais de bens e/ou mercadorias entre Portugal e a UE, com base em inquérito específico (Intrastat) por amostragem intencional¹, realizado junto das pessoas singulares e coletivas abrangidas pelo IVA (com exclusão de particulares) cujos montantes anuais transacionados se encontrem entre e acima de determinados limiares (fixados anualmente por fluxo, designados limiares de assimilação)

Por decisão da Direção Regional de Estatística da Madeira, os operadores intracomunitários sedeados nesta região autónoma não estão sujeitos a qualquer limiar.

6. Descrição

Recolha e produção mensal de informação estatística sobre as trocas comerciais de bens entre Portugal e os restantes Estados-Membros da UE.

O Intrastat é um inquérito de resposta mensal, realizado junto de pessoas singulares e coletivas registadas em sede de IVA, em Portugal (com exclusão de particulares) cujos montantes anuais transacionados ultrapassem determinados limiares (fixados anualmente por fluxo, designados por limiares de assimilação), consistindo no preenchimento de um formulário “N” usando os seguintes métodos de recolha – via postal, questionário eletrónico e WebInq.

Cabe ao INE assegurar que a informação enviada pelos responsáveis pelo fornecimento da informação estatística cubra, pelo menos, 95 % do valor total das trocas comerciais com os outros Estados-Membros, no que se refere às chegadas e, pelo menos 97% das expedições.

Os Estados-Membros podem também definir, se assim o entenderem, outros limiares abaixo

¹ Método de amostragem, sem ser ao acaso, em que se identificam, de uma forma seletiva as unidades para amostrar, de modo a ter a certeza que se recolhem dados de determinados grupos específicos.

Nota: É de referir, no entanto, que em geral não é aceitável generalizar os resultados de uma amostra não-aleatória a toda a população de onde foi retirada.

dos quais os responsáveis pelo fornecimento da informação podem beneficiar de simplificações no envio da informação, devendo assegurar, no entanto, que o total das trocas comerciais abrangidas pelos limiares de simplificação representem um máximo de 6 % das trocas comerciais totais.

Os resultados obtidos resultam da utilização da informação Intrastat recolhida, da estimação das não respostas e da estimação das transações dos operadores não abrangidos pela obrigatoriedade de declaração (abaixo do limiar de assimilação).

7. Entidade Responsável

Departamento de Estatísticas Económicas (DEE) / Serviço de Estatísticas do Comércio Internacional, Indústria e Construção (CII)

Técnico responsável: Cristina Neves

Telefone: 21 842 6100 ext 1192

Fax : 21 842 63 59

E-mail : cristina.neves@ine.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

EUROSTAT G-4 (International transactions)

Axel Behrens

Telefone: 352 4301 35616

e-mail: axel.behrens@ec.europa.eu

Fax: 352 4301 34119

EUROSTAT G-5 (International Trade – Production)

Ani Todorova

Telefone: 352 4301 35551

e-mail: ani.todorova@ec.europa.eu

Fax: 352 4301 34339

9. Financiamento

Financiado integralmente pelo INE.

10. Enquadramento Legal

- **Regulamento (CE) nº 91/2010 da Comissão, de 2 de fevereiro**, que altera o Regulamento (CE) nº 1982/2004 da Comissão que aplica o Regulamento (CE) nº 638/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre as trocas de bens entre Estados-Membros, no que respeita à lista de bens excluídos das estatísticas, à comunicação de informações pela administração fiscal e à avaliação da qualidade.

- **Regulamento (CE) nº 96/2010 da Comissão, de 4 de fevereiro**, que altera o Regulamento (CE) nº 1982/2004 da Comissão, que aplica o Regulamento (CE) nº 638/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre as trocas de bens entre Estados-Membros no que diz respeito aos limiares de simplificação, ao comércio segundo as características das empresas, aos bens e movimentos especiais e aos códigos de natureza da transação.
- **Regulamento (CE) nº 222/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março**, que altera o Regulamento (CE) nº 638/2004 relativo às estatísticas comunitárias sobre as trocas de bens entre Estados-Membros (J.O. nº L 87, de 31.03.2009).
- **Regulamento (CE) nº 638/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março**, relativo às estatísticas comunitárias sobre as trocas de bens entre Estados-Membros e que revoga o regulamento (CEE) nº 3330/91 do Conselho (J.O. nº L 102, de 07.04.2004).
- **Comunicação da Comissão nº 92/C 349/01, de 31.12.92**, relativa às instruções sobre os formulários.
- **Regulamento (CE) nº 1982/2004 da Comissão, de 18 de novembro**, que aplica o Regulamento (CE) nº 638/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre as trocas de bens entre Estados-Membros e que revoga os Regulamentos (CE) nº 1901/2000 e (CEE) nº 3590/92 da Comissão (J.O. nº L 343, de 19.11.2004).
- **Regulamento (CE) nº 1915/2005 da Comissão, de 24 de novembro**, relativo à simplificação do registo da quantidade e às especificações relativas a determinados movimentos de bens. (J.O. nº L 307, de 24.11.2005).
- **Regulamento (CE) nº 1006/2011 da Comissão, de 27 de setembro**, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) nº 2658/87 do Conselho, relativo à Nomenclatura Pautal e Estatística e à Pauta Aduaneira Comum (que entrará em vigor em 2012).

- **Regulamento (CE) nº 1833/2006 da Comissão, de 13 de dezembro**, relativo à nomenclatura dos países e territórios para as estatísticas do comércio externo da Comunidade e do comércio entre os seus Estados-Membros (J.O. nº L 354, de 14.12.2006).

11. Obrigatoriedade de Resposta

- **SEN:** Sim
- **Eurostat:** Sim

12. Tipo de Operação Estatística

Inquérito amostral não probabilístico (intencional) - critério de razoabilidade: cobertura das pessoas singulares e coletivas, sujeitos passivos do IVA, cujo valor anual de transações intracomunitárias de bens se situa acima dos limiares definidos, excetuando os operadores sedeados na Região Autónoma da Madeira, cuja inquirição é exaustiva.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Direta

14. Periodicidade de Realização da Operação

Mensal

15. Âmbito Geográfico

País

16. Utilizadores da Informação

➤ Nacionais:

- Internos:

- Departamento de Contas Nacionais (DCN) (fundamentalmente dados sobre períodos recentes e agregados)
- Banco de Portugal (fundamentalmente dados sobre períodos recentes e agregados)

- **Externos:**

- Comunicação Social (fundamentalmente dados sobre períodos recentes e agregados)
- Administração Central (fundamentalmente dados sobre períodos recentes e agregados):
 - Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
 - Ministério das Finanças
 - Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Educação (fundamentalmente dados históricos agregados e detalhados):
 - Estudantes
 - Institutos
 - Investigadores
 - Professores
 - Universidades
- Empresas (fundamentalmente dados sobre períodos recentes detalhados):
 - Bancos
 - Comércio
 - Consultoria
 - Empresas Estrangeiras
 - Indústria Transformadora
 - Outras Empresas

➤ **Organismos Internacionais** (fundamentalmente dados sobre períodos recentes agregados e dados históricos detalhados):

- Banco Central Europeu
- EUROSTAT
- FMI
- OCDE
- ONU
- Outros Organismos Internacionais
- União Europeia

17. Data de Início

Janeiro de 1993

18. Produtos

Padrão de Qualidade: mês n + 70 dias, a partir de agosto 2009 mês n+40 dias (valores globais junho)

PRODUTOS A DISPONIBILIZAR					
Designação	Tipo de Resultados	Periodicidade de	Desagregação Geográfica Máxima	Disponibilização	Utilizadores
Estatísticas do Comércio Internacional	Destaque	Mensal	País	Utilização interna Utilização generalizada	<u>Internos:</u> DCN, Banco de Portugal <u>Nacionais:</u> Admin. Central
Estatísticas do Comércio Internacional	Quadros em formato Excell	Mensal	País	Utilização interna Utilização generalizada	<u>Internos:</u> DCN, Banco de Portugal <u>Nacionais:</u> Admin. Central
Estatísticas do Comércio Internacional	Quadros pré definidos	Mensal	Regiões de origem /destino dos bens /mercadorias (NUTS III)	Sujeito a tarifação Acessível por Protocolo	<u>Nacionais:</u> Empresas Admin Central
Estatísticas do Comércio Internacional	Quadros pré definidos (Questionários internacionais)	Mensal	País	Utilização restrita	Organismos internacionais
Estatísticas do Comércio Internacional	Ficheiros de micro dados	Mensal	Regiões de origem /destino dos bens /mercadorias (NUTS III)	Utilização interna Utilização restrita Acessível por protocolo	<u>Internos:</u> DCN, Banco de Portugal <u>Nacionais:</u> Organismos internacionais (EUROSTAT)
Estatísticas do Comércio Internacional	Publicação Electrónica	Anual	Regiões de origem /destino dos bens /mercadorias /NUTS III	Sujeito a tarifação Acessível por protocolo	<u>Internos:</u> DCN, Banco de Portugal <u>Nacionais:</u> Admin. Central, Educação

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA**19. População**

População –alvo/universo de referência: Pessoas singulares e coletivas, sujeitos passivos do IVA, cujo valor anual de transações intracomunitárias de bens se situe acima de determinados limiares, estipulados anualmente.

População / universo: Pessoas singulares ou coletivas que declararam ter efetuado “transmissões (vendas) intracomunitárias de bens e operações assimiladas” (campo 7) e “aquisições (compras) intracomunitárias de bens e operações assimiladas” (campo 10), na Declaração Periódica do IVA.

De acordo com o regulamento Comunitário, com o objetivo de identificar os responsáveis pelo

fornecimento da informação e de verificar a informação fornecida, a administração fiscal envia ao INE listas das pessoas singulares ou coletivas que reúnem esses critérios.

A seleção inicial das unidades a considerar, relativamente a cada ano de inquérito, é efetuada com base em informação de todos os operadores económicos que nos 12 meses anteriores à data de 15 de dezembro realizaram aquisições de bens (chegadas) superiores ou iguais aos limiares definidos para o ano em causa e/ou vendas (expedições) superiores ou iguais a esses limiares, em termos de valor total no período referido.

Como anteriormente referido, relativamente aos operadores sedeados na Região Autónoma da Madeira, procede-se à recolha de informação e ao apuramento de resultados referentes à totalidade dos operadores.

20. Base de Amostragem

Banco de Operadores do Comércio Intracomunitário, de acordo com as especificações definidas no ponto 19 (seleção inicial das unidades), até final de 2007. A partir de janeiro de 2008, o Comércio Intracomunitário passou a ter 2 bases de amostragem, uma para as chegadas e outra para as expedições. Cada uma delas constituída por 3 amostras, correspondentes aos 3 tipos de questionários existentes: simplificado, normal e valor estatístico.

A partir de janeiro de 2011, as 2 bases de amostragem apenas serão constituídas por 2 amostras, correspondentes aos 2 tipos de questionários existentes: normal e valor estatístico.

21. Unidades Amostras

Operador de comércio intracomunitário (de acordo com as especificações enunciadas no ponto 19).

22. Unidades de Observação

Fluxo de bens entre Portugal e outros Estados-Membros (chegadas/expedições de bens).

23. Desenho da Amostra

- *Características Amostra:* Amostragem Intencional – (não probabilística) Inquirição de unidades estatísticas que se encontram acima dos limiares definidos.
- *Metodologia para dimensionamento e seleção da amostra:* A seleção inicial das unidades a considerar, relativamente a cada ano de inquérito, é efetuada com base na

informação proveniente da administração fiscal, relativa ao último semestre do ano $n-1$ e 1º semestre do ano n . Obtendo-se uma amostra “provisória” para se ter a noção do número de operadores que irão fazer parte da amostra do ano $n+1$. Por definição os operadores com obrigação de prestar a informação mensal ao INE no ano $n+1$, são os que à data de 15 de dezembro do ano n , realizaram operações intracomunitárias superiores ou iguais aos limiares definidos para esse ano, no período de dezembro do ano $n-1$ a novembro do ano n (ou seja, os últimos 12 meses). Assim os operadores que reúnam estas condições serão os operadores para a amostra inicial do ano $n+1$. São ainda incluídos, durante esse ano e até ao apuramento dos resultados finais, os operadores que, entretanto, cumpram esta condição. Assim:

- 1) se o operador no ano $n-1$ ultrapassar o limiar definido, a unidade é objeto de inquirição;
 - 2) se o operador no ano n ultrapassar o limiar definido é automaticamente incluído na amostra.
- *Dimensão global da amostra:* Recenseamento para todos os operadores que ultrapassem os limiares definidos, para cada ano.
 - *Gestão da amostra:* Valor das transações intracomunitárias declaradas ao INE no ano anterior e informação do IVA – sempre que o limiar de assimilação definido é ultrapassado (em qualquer dos fluxos), o operador intracomunitário deverá ser incluído na amostra, assim como o Oracle para repositório de dados.
 - *Software utilizado:* A amostra inicial é selecionada usando o SAS e posteriormente carregada no SIGUA onde pode ser gerida.

24. Desenho do Questionário

- *Metodologia seguida para o desenho do questionário:* Quer os questionários em papel, quer os questionários eletrónicos (software IDEP) foram desenvolvidos a nível comunitário. O questionário WebInq foi desenvolvido pelo INE, à imagem dos questionários em papel e do software IDEP.

O INE fixa anualmente limiares estatísticos, por fluxo, pelos quais são definidas as

obrigações dos responsáveis pelo fornecimento da informação. Esses limiares estatísticos serão válidos durante todo o ano civil.

- 1) O **limiar de assimilação** é o limiar que determina o valor a partir do qual os responsáveis pelo fornecimento da informação têm obrigatoriedade de declaração ao Intrastat.

Os operadores intracomunitários contraem a obrigação de prestar a informação mensal ao INE, a partir do mês em que as suas transações de Chegadas e/ou Expedições atinjam os limiares acima referidos, solicitando-se o envio de declarações desde os primeiros movimentos do ano.

- 2) O **limiar de valor estatístico** é o limiar que determina o valor a partir do qual os responsáveis pelo fornecimento da informação têm obrigatoriedade de preencher também o Valor Estatístico.

- *Tempo médio para preenchimento do questionário:* Não determinável (tempo variável, de operador para operador).
- *Testes efetuados ao questionário:* Sim (fundamentalmente no que se refere aos questionários eletrónicos).

25. Recolha de Dados

- *Período de referência dos dados:* Mês
- *Período de recolha:* Desde o fim de cada mês até meados do mês subsequente (obrigatoriedade de resposta 10 dias úteis após o fim do período de referência); continuação de recolha nos períodos seguintes.
- *Data de expedição:* No início de cada ano.
- *Contacto inicial:* Carta/telefone/fax/e-mail.

- *Formação aos entrevistadores*: Não aplicável.
- *Método de Recolha*: Via postal (papel), questionário eletrónico (aplicação) e formulário eletrónico (serviço WebInq, disponibilizado *on-line* no portal do INE).
- *Insistências/Tratamento de recusas*: Emissão de insistências e instauração de processos de contencioso.
- *Critério utilizado para fecho do inquérito e avaliação do sucesso do processo de insistências*: Mensalmente, o critério utilizado tem por base as respostas recebidas até ao prazo definido para se proceder ao processamento da informação, exigindo-se uma taxa de resposta mínima de 85% do valor transacionado no período homólogo, de modo a garantir a qualidade da informação a divulgar (que inclui as estimativas de não resposta e as estimativas abaixo do limiar de assimilação).
- *Possibilidade ou não de inquiridos Proxy*: Não.
- *Utilização de incentivos*: Não.

Captura de Dados

- *Entrada de dados*: Digitação (questionários em papel) e integração de ficheiros eletrónicos.
- *Codificação (manual, automática)*: Manual e automática.

Software utilizado: Captura integrada no sistema SIGINQ – Sistema Global de Gestão de inquéritos, o qual é constituído pelos sub sistemas:

- FUE – Ficheiro de Unidades Estatísticas;
- SIGUA – Sistema de Gestão de Universos e Amostras;
- GPAP – Sistema de Gestão de Processos de Recolha – Inquéritos por autopreenchimento;
- GRESP – Sistema de Gestão de Respondentes;
- WEBINQ – Inquéritos do INE na Web;

- Formulário eletrónico específico – Recolha de dados via Internet e Intranet.

Os dados de todos estes subsistemas, exceto o WebInq, estão armazenados no Sistema de Gestão de Bases de Dados Oracle. Os dados do WebInq, estão armazenados no Sistema de Gestão de Dados SQL*Server.

- As aplicações de todos estes sub-sistemas, exceto o FUE, estão desenvolvidas em Visual Studio.Net da Microsoft. O FUE está desenvolvido em visual Basic 6.0 da Microsoft.

26. Tratamento dos Dados

No momento do registo/integração da informação é efetuada uma primeira validação dos dados, de acordo com as normas previamente estabelecidas, que verificam a possibilidade/viabilidade da resposta transmitida (por exemplo, só podem ser aceites para os campos condições de entrega, naturezas de transação ou modos de transporte com códigos que constam nas tabelas específicas às variáveis).

Posteriormente, aquando da preparação dos apuramentos, é efetuada uma validação *batch*, com base, fundamentalmente, na análise da observância de regras de validação assentes em articulações lógicas que deverão ser respeitadas entre variáveis. Estas validações são efetuadas com base no sistema aplicacional disponível.

Ainda na fase de preparação dos apuramentos são efetuadas, adicionalmente, as seguintes validações:

- a) identificação de disparidades não credíveis entre o montante faturado e o valor estatístico, comunicados pelos operadores obrigados à transmissão dessas duas variáveis;
- b) identificação de valores faturados não credíveis, mediante a análise comparada dos dados comunicados para cada período corrente com os dados globais previamente transmitidos (homólogos e restante informação histórica);
- c) identificação de valores faturados/estatísticos, de massas líquidas e de unidades suplementares não credíveis, com base na definição de intervalos de admissibilidade dos preços médios observados;

- d) análise da coerência na declaração das naturezas de transação, dos modos de transporte;
- e) análise de valores idênticos;
- f) identificação de pesos médios fora dos intervalos de admissibilidade previstos para cada NC8

Todas estas validações são usadas exclusivamente para efeitos de contactos com os operadores e, mediante confirmação, são efetuadas as correções necessárias.

Finalmente, são de referir as comparações realizadas, entre a informação fornecida pela empresa para a operação estatística, e a proveniente de outras fontes internas e externas (informação IVA, IES, IVNEI, IAPI). As incoerências assim detetadas dão também lugar ao estabelecimento de contactos com os operadores e à introdução de correções, quando necessário.

Software utilizado: O tratamento dos dados está integrado no sistema SIGINQ até à fase de análise de microdados. O restante tratamento de dados, até à divulgação final, é efetuado usando o *Business Objects* (no *DataWarehouse* do INE).

27. Tratamento de Não Respostas

A **metodologia de estimação das não respostas** baseia-se na assunção de que o comportamento das empresas que não responderam num determinado período é idêntico ao comportamento daquelas que responderam nesse período. Na prática, para cada posição da CECIT (Classificação Económica do Comércio Internacional), é determinada a taxa de variação homóloga para o conjunto das empresas que respondem no período de referência e no mesmo período do ano anterior, sendo essa taxa de variação aplicada aos resultados do mês homólogo do ano anterior. No entanto, durante o período de preparação das estimativas é ainda verificada a coerência destas estimativas, tendo em conta vários aspetos:

- 1) A informação recolhida no período homólogo das empresas em falta;
- 2) A credibilidade das declarações de ausência de transação;
- 3) A informação relativa à fusão/cisão de empresas;
- 4) A cessação/início de transações.

Este método permite obter, em cada mês, uma estimativa para o valor definitivo das trocas comerciais com os parceiros comunitários. Esta estimativa é feita e divulgada, mensalmente, por NC, CGCE (Classificação por Grandes Categorias Económicas) e por país, sendo o software utilizado, Access e Excel.

Ao longo do ano são efetuadas revisões mensais à informação publicada, com a substituição das estimativas das não respostas pelas respostas efetivas.

A par da metodologia acima descrita, existe uma **metodologia de estimação das transações abaixo dos limiares de assimilação**². Esta metodologia tem por base a assunção de que as empresas abaixo do limiar de assimilação apresentam o mesmo padrão de transações das que se encontram no limite inferior de obrigatoriedade de resposta ao inquérito Intrastat.

Para o efeito é utilizada a informação IVA (que contempla as transações realizadas por todos os operadores) do seguinte modo:

- 1) Identificação dos operadores com valores transacionados abaixo dos limiares de assimilação;
- 2) Desagregação do valor das transações destes operadores por países de destino (dados IVA) e por países de origem (com base na distribuição das empresas que responderam ao Intrastat (limite inferior) segundo o setor de atividade, anteriormente com base nos dados VIES);
- 3) Desagregação do valor das transações destes operadores segundo o setor de atividade em que se encontram classificados. Cálculo do valor das transações abaixo dos limiares pela Nomenclatura Combinada, com base na distribuição das empresas que responderam ao Intrastat (limite inferior), segundo o setor de atividade (ver Metodologia de Estimação dos fluxos do comércio intracomunitário inferiores aos limiares de assimilação).

Para este tipo de transações é divulgada informação por NC, CGCE (Classificação por Grandes Categorias Económicas) e por país.

² Com o objetivo de não sobrecarregar as pequenas e médias empresas, são fixados limiares expressos em valores anuais de trocas comerciais intracomunitárias, abaixo dos quais não é obrigatório o envio de informação para o Intrastat. Os limiares são ajustados anualmente.

28. Estimação e Obtenção de Resultados

A obtenção de resultados agregados (valor estatístico) tem por base as metodologias descritas no ponto 27 e resulta da soma das duas componentes estimadas: valor estatístico das empresas acima e abaixo do limiar de assimilação, por fluxo.

Antes de se proceder às estimativas acima referidas, procede-se à estimativa do valor estatístico para os operadores de pequena dimensão, que apenas reportam o valor faturado.

Assim, para cada ano de inquérito - n, são identificados os operadores com obrigatoriedade de reportar valor estatístico, sendo selecionados tantos quanto os necessários para que seja atingida uma taxa de cobertura de, pelo menos, 70% do valor estatístico observado em cada fluxo, no período que vai de julho do ano n-2 até junho do ano n-1.

O valor estatístico dos operadores de menor dimensão, aquando do apuramento de resultados mensais, é estimado mediante a multiplicação do valor faturado relativo a cada um deles por um coeficiente específico a cada fluxo (chegadas e expedições). Estes coeficientes, fixos durante o ano n, são calculados com base na divisão do valor estatístico pelo valor faturado apurados, dos operadores com informação relativa a estas duas variáveis nos dois anos anteriores.

O valor estatístico dos operadores de menor dimensão é estimado, aquando do apuramento de resultados anuais, mediante um processo análogo. No entanto, os coeficientes utilizados resultam da consideração, em exclusivo, da informação relativa ao ano de apuramento, sendo calculados (e aplicados) ao nível de estratos definidos em função de quatro variáveis: fluxo, região de origem/destino, país de destino/origem e condições de entrega.

29. Séries Temporais

- *Metodologia de tratamento da sazonalidade*: Não aplicável.
- *Metodologia de tratamento da estacionariedade*: Não aplicável.
- *Data a partir da qual existem dados compatíveis*: com um maior/elevado grau de compatibilidade desde 1993 (dispõe-se ainda de informação relativa às importações e exportações de e para os países que compõem a atual União Europeia para períodos anteriores).
- *Quebras de série*: Este projeto representa no seu início, só por si, uma quebra de série relativamente à informação produzida até 1992 (inclusive), a qual – sendo exaustiva - resultava do aproveitamento de procedimentos alfandegários. Em termos correntes, é de referir a existência de quebras de série relativamente a todas as variáveis ao nível de

algumas posições definidas pela Nomenclatura Combinada a oito dígitos de desagregação, na sequência do processo de revisão anual a que esta nomenclatura se encontra sujeita bem como, na sequência desse mesmo processo, relativamente à variável “unidades suplementares” (igualmente sujeitas a revisão anual). A partir de 1998 verificou-se ainda uma quebra de série relativamente à variável “massa líquida” (a qual deixou então de ser recolhida, relativamente a um conjunto anualmente definido daquelas posições). Em 2010 foi retomada (por imposição comunitária) a recolha desta variável, exaustiva para todas as posições da Nomenclatura Combinada.

A partir de 2005, os dados divulgados mensalmente incluem estimação de não resposta e estimação das transações abaixo dos limiares de assimilação, a nível da NC, CGCE e país.

- *Software utilizado*: Não aplicável
- *Política de Revisões*: As revisões são um procedimento inerente ao processo de produção e de divulgação das estatísticas. As primeiras divulgações das estatísticas oficiais são frequentemente revistas em versões posteriores e, por vezes substancialmente. A qualidade e atualidade da informação estatística constituem uma prioridade para o INE, e a necessidade de proceder a revisões reflete, muitas vezes, o compromisso que se pretende estabelecer entre a produção de informação estatística o mais atual possível e o estabelecimento de padrões elevados de precisão e rigor. Deste modo, a política de revisões a aplicar nas estatísticas do Comércio Intracomunitário a partir do ano de 2010, e que se encontra alinhada com a Política de Revisões definida para o INE, é a seguinte:

Estatísticas mensais: em cada mês é publicada a informação relativa **ao mês m (a 40 dias) e são revistos os 3 meses anteriores**. Sendo estas estatísticas apuradas apenas 40 dias após o final do período de referência, a sua probabilidade de revisão é não só maior como mais frequente;

Estatísticas anuais preliminares: a divulgação dos resultados preliminares do ano N ocorrerá em **maio de N+1**, ou seja, aquando da última (3ª) revisão do mês de dezembro do ano N. Deste modo o mês de dezembro é revisto o mesmo número de vezes que os restantes meses do ano;

Estatísticas anuais provisórias: a divulgação dos resultados provisórios do ano N ocorrerá em **outubro de N+1**, por se considerar que nesta data todos os ajustamentos e correções decorrentes da comparação com os dados mensais do IVA se encontram concluídos;

Estatísticas anuais definitivas: a divulgação dos resultados definitivos do ano N ocorrerá em **maio de N+2**, sendo que esta informação incorporará:

- Correções decorrentes da comparação com as fontes complementares de carácter anual (IES, IAPI e Anexo L do IVA);
- Correções decorrentes da análise das assimetrias entre Portugal e os restantes Estados-Membros.

Revisões extraordinárias: correspondem a revisões que decorrem de factos inesperados exógenos ao processo de produção, ou que derivam da necessidade de correção de erros graves que não puderam ser efetuadas aquando do processo de revisões regulares anteriormente definido. Neste caso, e seguindo orientação do Eurostat sobre esta matéria, considera-se que, caso o montante da revisão o justifique (avaliação casuística), a mesma deve ser incorporada e divulgada nos resultados a produzir no mês seguinte ao da sua deteção.

30. Confidencialidade dos Dados

Em cumprimento da legislação comunitária, de aplicação direta a nível nacional, o INE passou a aplicar o princípio da confidencialidade passiva aos dados estatísticos relativos às estatísticas do comércio internacional, a partir da informação respeitante ao ano de 2005. De forma a garantir a consistência da informação a nível nacional e internacional, a divulgação da informação estatística ao Eurostat e a nível nacional é efetuado segundo as mesmas regras.

Software utilizado: Componente do sistema aplicacional disponível.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Precisão

Erros não devidos à amostragem

Reinquirição (metodologia utilizada): Não aplicável

Recodificação (metodologia utilizada): Não aplicável

Outros estudos e procedimentos que permitam avaliar a qualidade final dos dados:

- Análise comparada do valor estatístico e do valor faturado comunicado em cada mês por cada operador (obrigado a transmitir dados relativos a estas duas variáveis). Determinação da plausibilidade do valor estatístico/faturado comunicado por cada operador, face aos seus valores homólogos e históricos, bem como face aos valores médios expectáveis no âmbito de cada posição definida pela Nomenclatura Combinada a oito dígitos de desagregação.
- Cálculo de variações homólogas – série histórica.
- Análise das séries e determinação dos valores aberrantes.

Erros de amostragem

Não Aplicável – amostra não probabilística.

Coerência

- *Validações com outras fontes:* Sim
- *Descrição dos métodos utilizados:*
 - Comparação das taxas de variação homólogas das expedições, com as taxas de variação homólogas dos Índices de Volume de Negócios da Indústria para o Mercado Externo - UE.
 - Comparação entre os valores das transações intracomunitárias declarados ao IVA e os valores declarados ao Intrastat;
 - Comparação dos dados anuais com outras fontes, disponíveis no INE ou externas (IES, IAPI).

Comparabilidade

- *Verificação da comparabilidade com os dados de outros países:* Sim
- *Descrição do método utilizado:* Confronto dos valores apurados pelo INE para as expedições realizadas para cada um dos outros Estados-Membros da UE, com os valores por estes apurados para as chegadas provenientes de Portugal. Confronto dos

valores apurados pelo INE para as chegadas oriundas de cada um daqueles Estados, com os valores por eles apurados para as expedições com destino a Portugal.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Os critérios de qualidade a observar encontram-se fixados de acordo com vários dos Regulamentos anteriormente referenciados (vd. Enquadramento Legal).

III – CONCEITOS

Código	Designação	Conteúdo
901	Intrastat	Sistema permanente de recolha estatística, instaurado com vista ao estabelecimento das estatísticas das trocas de bens entre os Estados-Membros da União Europeia.
886	Comércio Intracomunitário	Expedição e/ou chegada de mercadorias transacionadas entre Portugal e os restantes Estados-Membros da União Europeia.
882	Chegada	Receção de mercadorias comunitárias expedidas de um outro Estado-Membro.
891	Expedição	Envio de mercadorias comunitárias com destino a um Estado-Membro.
889	Estado Membro	Território estatístico definido por cada país pertencente à União Europeia no território estatístico comunitário.
906	Limiares Estatístico no Comércio Intracomunitário	Limites do valor anual das operações intracomunitárias, abaixo do qual a obrigação dos responsáveis pelo fornecimento da informação estatística é suspensa ou atenuada. Estes limites dizem-se de assimilação, de exclusão ou de simplificação.
902	Limiar de Assimilação	Limite do valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os responsáveis pelo fornecimento da informação são dispensados da declaração periódica estatística, sendo as obrigações estatísticas cumpridas com a entrega da declaração periódica fiscal.
903	Limiar de Exclusão	Limite do valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os responsáveis pelo fornecimento da informação não são obrigados a transmitir a declaração periódica estatística, já que estão dispensados da apresentação da declaração periódica fiscal.
929	Responsável pelo Fornecedor da Informação	Toda e qualquer pessoa singular ou coletiva sujeita às obrigações do IVA, que efetue operações intracomunitárias, quer na expedição quer na chegada.

931	Terceiro Declarante	Entidade para a qual o responsável pelo fornecimento da informação estatística, no âmbito do Intrastat, transfere a obrigação de prestar essa informação, sem que tal transferência diminua a responsabilidade deste último.
932	Território Estatístico Nacional	Corresponde ao território nacional, isto é, ao Continente e às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira
920	Período de referência	No comércio extracomunitário é o mês civil em que os bens foram importados ou exportados, sendo determinado pela data de aceitação do Documento Administrativo Único, pela Alfândega. No comércio intracomunitário é o mês civil no decurso do qual ocorreu o facto gerador de uma transação intracomunitária, isto é, para a chegada o momento da receção da mercadoria pela empresa e para a expedição o momento da saída da mercadoria da empresa.
917	País de origem	País ou território estatístico onde os produtos naturais foram extraídos ou produzidos ou, tratando-se de produtos em obra, onde foram fabricados.
918	País de Proveniência / Procedência	País ou território estatístico do qual as mercadorias foram inicialmente expedidas/exportadas com destino a Portugal, independentemente dos países atravessados durante o transporte.
916	País de destino	Último país ou território estatístico conhecido, no momento da expedição/exportação, para o qual as mercadorias devem ser expedidas/exportadas.
926	Região de destino	Região, de entre as regiões de Portugal, em que as mercadorias devem ser consumidas ou constituir objeto de operações de montagem, combinação, transformação, reparação ou manutenção; na sua ausência a região de destino é substituída pela região em que o processo de comercialização deverá ter lugar, ou pela região para a qual as mercadorias são expedidas.
927	Região de origem	Região, de entre as regiões de Portugal, em que as mercadorias foram produzidas ou constituíram objeto de operações de montagem, combinação, transformação, reparação ou manutenção; na sua ausência a região de origem é substituída ou pela região em que o processo de comercialização tiver lugar, ou pela região de onde as mercadorias foram expedidas.

887	Condições de entrega	Conjunto de disposições do contrato de venda que especificam as obrigações respectivas do vendedor e do comprador, em conformidade com os “Incoterms” da Câmara de Comércio Internacional, nomeadamente quanto ao local onde se dá a transferência da responsabilidade do vendedor para o comprador, às despesas relativas a transporte, seguros, operações de verificação, direitos e formalidades alfandegárias.
915	Natureza da transação	Conjunto de características que distinguem as operações do comércio internacional, nomeadamente a compra ou venda firme de mercadorias, o leasing financeiro e os trabalhos por encomenda, entre outras.
911	Modo de transporte na fronteira Nacional	Meio de transporte ativo presumível no qual as mercadorias devem, na expedição, deixar o território estatístico nacional e, na chegada, entrar no território estatístico nacional.
880	Aeroporto de Carga	Aeroporto em que as mercadorias são carregadas no meio de transporte ativo com o qual se presume que devam abandonar o território estatístico nacional.
881	Aeroporto de Descarga	Aeroporto em que as mercadorias são descarregadas no meio de transporte ativo com o qual se presume que tenham entrado no território estatístico nacional.
921	Porto de Carga	Porto em que as mercadorias são carregadas do meio de transporte ativo com o qual se presume que devam abandonar o território estatístico nacional.
922	Porto de Descarga	Porto em que as mercadorias são descarregadas do meio de transporte ativo com o qual se presume que tenham entrado no território estatístico nacional.
908	Massa Líquida	Massa própria da mercadoria, desprovida de todas as suas embalagens, expressa em quilogramas.
934	Unidades Suplementares	Outras unidades de medida para além da massa expressa em quilogramas (ex.: grama, m ² , m ³ , número de pares, litro, etc.).
912	Montante Faturado	Montante total, excluindo o IVA, das faturas ou dos documentos que as substituam, relativas às mercadorias que são objeto de uma declaração estatística.

936	Valor estatístico na chegada	Valor da mercadoria, estabelecido a partir da base de imposição a fixar para fins fiscais (6ª Diretiva do IVA), deduzindo-se, no entanto, as taxas devidas em virtude da sua introdução no consumo, bem como as despesas de transporte e de seguro que se referem à parte do trajeto que se situa no território nacional.
937	Valor estatístico na expedição	Valor da mercadoria estabelecido a partir da base de imposição a fixar para fins fiscais (6ª Diretiva do IVA), deduzindo-se, no entanto, as taxas devidas em virtude da expedição; o valor estatístico inclui, em contrapartida, as despesas de transporte e de seguro referentes à parte do trajeto que se situa no território nacional.
4337	Proxy	Pessoa que responde no lugar do respondente efetivo.

IV – CLASSIFICAÇÕES

Código	Designação da Classificação	Sigla
V00001	Classificação das Actividades Económicas Portuguesas – Revisão 2.1	CAE – Rev. 2.1
V00021	Classificação Internacional Tipo, por Indústria de Todos os Ramos de Actividade Económica, Revisão 3.1	CITA – Rev. 3.1
V00034	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, 2002	NUTS 2002
V00054	Classificação por Grandes Categorias Económicas – Revisão 3	CGCE – Rev.3
V00198	Nomenclatura de Produtos das Contas Nacionais (P60) – Base 2000	NPCN60 2000
V00384	Nomenclatura de Países para as Estatísticas do Comércio Externo da Comunidade entre os Estados Membros	Geonomenclatura
V00442	Tipos de fluxo (comércio internacional 1)	-
V00512	Classificação Tipo do Comércio Internacional – Quarta Revisão	CTCI – Rev.4
V00554	Classificação das Actividades Económicas Portuguesas – Revisão 3	CAE – Rev.3
V00714	Modo de Transporte	-
V00715	Tabela de Portos do Comércio Internacional	-
V00716	Lista de Aeroportos Nacionais (comércio internacional)	-
V00723	Condições de Entrega, 1993	-
V00725	Natureza da Transacção, 2004	-
V00842	CNBS 2002 - versão reduzida para uso do Comércio Internacional	-
V00955	Classificação Económica do Comércio Internacional	CECIT
V00988	Lista de Produtos por CAE Rev.1 (Comércio Internacional)	-
V00990	Nomenclatura de Produtos das Contas Nacionais – Base NC/SH-1996 E CNBS1998	NPCN -1995
V01243	Classificação estaística dos produtos por actividades na Comunidade Europeia, versão 2008	CPA2008
V01689	Classificação Económica do Comércio Internacional	CECIT08
V01698	Nomenclatura de Produtos das Contas Nacionais – Base SH/NC2007/CPA2008 (comércio internacional)	NPCN 2006
V01810	Nomenclatura Pautal e Estatística Combinada (vulgo Nomenclatura Combinada - 2010)	NC 2010
V01849	Classificação Nacional de Bens e Serviços 2008 (versão reduzida para o Comércio Internacional)	CNBS2008

Código	Classificações associadas a indicadores criados no SVAR	Sigla
V00320	NUTS2002 completa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	-
V00524	Países e agrupamentos (lista cumulativa - comércio internacional)	-
V00735	CAE Rev2 (total, 1º e 2º níveis) - variante 2	-
V00736	Classificação por grandes Categorias Económicas terceira divisão - variante nacional	-
V00737	Nomenclatura combinada, 2004- variante 1	-
V01237	NUTS2001 (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, ZZZ)	-

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

variável_código	data_início_vigência	variável_designação	unidade_estatística	domínio de valores da variável					tipo de Questionário
				versão_código	versão_designação	nível_versão	intervalo de valores	unidade de medida	
1	01-01-2005	Ano (Operação estatística)	Operação estatística	-	-	-	[1900, ano n]	Não aplicável	N/S
2376	02.02.2007	Mês	Operação estatística	-	-	-	[1,12]	Não aplicável	N/S
		Tipo de fluxo	Bem	v00442	Tipos de fluxo (comércio internacional 1)	1	Não aplicável	Não aplicável	N/S
		Identificação fiscal	Responsável da informação estatística	-	-	-	[10000000, 999999999]	Não aplicável	N/S
		Código do bem	Bem	v01810	Nomenclatura combinada 2010	NC8	-		N/S
		Local de proveniência/destino (País)	Bem	v00384	Nomenclatura de países para as estatísticas do comércio externo da Comunidade entre os estados membros (versão alfabética) - 16/11/2009	País	Não aplicável	Não aplicável	N/S
		Local de destino (NUTS III)	Bem	V00034	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2002	NUTS III	Não aplicável	Não aplicável	N/S
		Local de origem (País)	Bem	v00384	Nomenclatura de países para as estatísticas do comércio externo da Comunidade entre os estados membros (versão alfabética) - 16/11/2009	País	Não aplicável	Não aplicável	N/S
		Local de origem (NUTS III)	Bem	V00034	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2002	NUTS III	Não aplicável	Não aplicável	N/S
		Nome	Bem	-	-	-	Texto	Não aplicável	N
		Massa líquida	Bem	-	-	-	[0; 999999999,999]	kg	N/S
		Unidade Suplementar	Bem	-	-	-	[0, 999999999]	EX: g,m2, KgH2O2	N
		Valor facturado	Bem	-	-	-	[0, 999999999]	€	N/S
		Valor estatístico	Bem	-	-	-	[0, 999999999]	€	N

Nota: a partir de janeiro de 2012 apenas existirá o questionário “N”.

34. Variáveis Derivadas

Variáveis		Código do Conceito	Fórmula de Cálculo	Classificações		
Designação	Unidade			Sigla	Designação	Nível
Saldo da balança comercial de bens	Euros	-	Valor estatístico das expedições – Valor estatístico das chegadas		-	
Taxa de cobertura das chegadas pelas expedições	%	-	Valor estatístico das expedições a dividir pelo valor estatístico das chegadas, vezes 100		-	
Taxa de variação homóloga	%	-	Valor observado em dado período a dividir pelo valor observado no período homólogo, vezes 100 menos 100		-	

35. Informação a Disponibilizar

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
		código	data início vigência	designação	código	data início vigência	designação	Classificação/ versão associada		
								código	designação	nível
sem dados no Portal	Índices mensais de valor unitário das importações por tipo de bens (CGCE); Mensal	2312	17-11-2006	Índices mensais de valor unitário das importações	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					2542	02-03-2007	Localização geográfica	00320	NUTS 2002 completa (PT,NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
sem dados no Portal	Índices mensais de valor unitário das exportações por tipo de bens (CGCE); Mensal	2541	01-03-2007	Índices mensais de valor unitário das exportações	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					2542	02-03-2007	Localização geográfica	00320	NUTS 2002 completa (PT,NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
0001398	Importações (€) de bens por local de origem e tipo de bens (NC); Mensal	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2537	28-02-2007	Tipo de bens (NC)	00737	Nomenclatura Combinada, 2004 - Variante 1	2
0001399	Exportações (€) de bens or local de destino e tipo de bens (NC); Mensal	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2537	28-02-2007	Tipo de bens (NC)	00737	Nomenclatura Combinada, 2004 - Variante 1	2
0001397	Importações (€) de bens por local de origem e tipo de bens (CGCE); Mensal	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
0001400	Exportações (€) de bens por local de DESTINO e tipo de bens (CGCE); Mensal	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
0001396	Importações (€) de bens por local de origem e actividade económica (CAE Rev. 2); Mensal	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2540	28-02-2007	Actividade económica (CAE Rev. 2)	00735	CAE Rev. 2 - Variante 2	3

Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário

DEE/CII

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
		código	data início vigência	designação	código	data início vigência	designação	Classificação/ versão associada		
								código	designação	nível
0001401	Exportações (€) de bens por local de destino e actividade económica (CAE Rev. 2); Mensal	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	2006	25-05-2006	Período de referência dos dados (Mês)	-	-	-
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2540	28-02-2007	Actividade económica (CAE Rev. 2)	00735	CAE Rev. 2 - Variante 2	3
0001739	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	4613	21-05-2008	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00034	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002	4
0001738	Importações (€) de bens por localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00034	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002	4
0001740	Exportações (€) de bens por localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00034	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002	4
0001737	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	4614	21-05-2008	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00034	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002	4
0001747	Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	01-01-2006	Localização geográfica (NUTS - 2001)	01237	NUTS 2001 (PT, NUTS I, II, III, ZZZ)	4
0001750	Exportações (€) de bens por localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	01-01-2006	Localização geográfica (NUTS - 2001)	01237	NUTS 2001 (PT, NUTS I, II, III, ZZZ)	4
0001751	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	4613	21-05-2008	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	01-01-2006	Localização geográfica (NUTS - 2001)	01237	NUTS 2001 (PT, NUTS I, II, III, ZZZ)	4
0001752	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	4614	21-05-2008	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4625	01-01-2006	Localização geográfica (NUTS - 2001)	01237	NUTS 2001 (PT, NUTS I, II, III, ZZZ)	4
0000007	Importações (€) de bens por local de origem e tipo de bens (NC); Anual	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2537	28-02-2007	Tipo de bens (NC)	00737	Nomenclatura Combinada, 2004 - Variante 1	2
0000008	Importações (€) de bens por local de origem e tipo de bens (CGCE); Anual	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3

Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário

DEE/CII

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
		código	data início vigência	designação	código	data início vigência	designação	Classificação/ versão associada		
								código	designação	nível
0000010	Importações (€) de bens por local de origem e Actividade económica (CAE Rev. 2); Anual	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2540	28-02-2007	Actividade económica (CAE Rev. 2)	00735	CAE Rev. 2 - Variante 2	3
0000011	Exportações (€) de bens por local de destino e tipo de bens (NC); Anual	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2537	28-02-2007	Tipo de bens (NC)	00737	Nomenclatura Combinada, 2004 - Variante 1	2
0000012	Exportações (€) de bens por local de destino e tipo de bens (CGCE); Anual	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
0000013	Exportações (€) de bens por local de destino e actividade económica (CAE Rev. 2); Anual	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2540	28-02-2007	Actividade económica (CAE Rev. 2)	00735	CAE Rev. 2 - Variante 2	3
0002722	Importações (€) de bens por local de origem e tipo de bens (NC); Mensal acumulado	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	4823	22-07-2008	Período de referência dos dados (Mensal acumulado)		-	
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2537	28-02-2007	Tipo de bens (NC)	00737	Nomenclatura Combinada, 2004 - Variante 1	2
0002740	Importações (€) de bens por local de origem e tipo de bens (CGCE); Mensal acumulado	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	4823	22-07-2008	Período de referência dos dados (Mensal acumulado)		-	
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
0002741	Importações (€) de bens por local de origem e actividade económica (CAE Rev. 2); Mensal acumulado	1503	10-05-2006	Importações (€) de bens	4823	22-07-2008	Período de referência dos dados (Mensal acumulado)		-	
					2536	28-02-2007	Local de origem	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2540	28-02-2007	Actividade económica (CAE Rev. 2)	00735	CAE Rev. 2 - Variante 2	3
0002742	Exportações (€) de bens por local de destino e tipo de bens (NC); Mensal acumulado	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	4823	22-07-2008	Período de referência dos dados (Mensal acumulado)		-	
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2537	28-02-2007	Tipo de bens (NC)	00737	Nomenclatura Combinada, 2004 - Variante 1	2

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					código	data início vigência	designação	Classificação/ versão associada		
		código	data início vigência	designação				código	designação	nível
0002743	Exportações (€) de bens local de destino e tipo de bens (CGCE); Mensal acumulado	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	4823	22-07-2008	Período de referência dos dados (Mensal acumulado)		-	
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2539	28-02-2007	Tipo de bens (CGCE)	00736	Classificação por Grandes Categorias Económicas, Terceira Revisão - Variante nacional	3
0002744	Exportações (€) de bens local de destino e actividade económica (CAE Rev. 2); Mensal acumulado	1532	10-05-2006	Exportações (€) de bens	4823	22-07-2008	Período de referência dos dados (Mensal acumulado)		-	
					3650	15-06-2007	Local de destino	00524	Lista de Países e Agrupamentos - Portal (Comércio Internacional)	1
					2540	28-02-2007	Actividade económica (CAE Rev. 2)	00735	CAE Rev. 2 - Variante 2	3

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Entidade/Unidade que responde ao inquérito: Operador Intracomunitário

Questionários: *Instrumento de Notação nº 9825*

37. Ficheiros

Ficheiros em formato EDIFACT e ASCII (recolhidos diretamente dos operadores ou provenientes da recolha via webform)

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- ASCII – American Standard Code for Information Interchange
- CE – Comissão Europeia
- CEE – Comissão Económica Europeia
- CECIT - Classificação Económica do Comércio Internacional
- CGCE - Classificação por Grandes Categorias Económicas
- CI – Comércio Internacional
- CII – Serviço de Estatísticas do Comércio Internacional, Indústria e Construção
- CTCI – Classificação Tipo do Comércio Internacional
- DCN – Departamento de Contas Nacionais
- DEE – Departamento de Estatísticas Económicas
- EUROSTAT – Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FUE – Ficheiro de Unidades Estatísticas
- GPAP – Sistema de Gestão de Processos de Recolha – Inquéritos por autopreenchimento
- GRESP – Sistema de Gestão de Respondentes
- IAPI – Inquérito Anual à Produção Industrial
- IDEP – Intrastat Data Entry Package
- IES – Informação Empresarial Simplificada
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INTRASTAT – Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário
- IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado
- IVNEI – Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego na Indústria
- JO – Jornal Oficial
- NC – Nomenclatura Combinada
- NPCN60 – Nomenclatura de Produtos das Contas Nacionais (P60)
- NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONU - Organização das Nações Unidas
- SEN - Sistema Estatístico Nacional
- SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE
- SIGINQ – Sistema Global de Gestão de Inquéritos
- SIGUA – Sistema de Gestão de Universos e Amostras
- UE - União Europeia
- VIES – Sistema de Intercâmbio de Informações sobre o IVA
- WebInq – Inquéritos do INE na web

VIII – BIBLIOGRAFIA

- Política de Revisões, INE (dezembro de 2008)